



## **CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESEMPREGO NA BAHIA: REFERENCIAL TEÓRICO E EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS<sup>1</sup>**

**GT – Economia e Desenvolvimento Regional**

Flávio Barberino Ribeiro<sup>2</sup>  
Lessi Inês Farias Pinheiro<sup>3</sup>

### **RESUMO**

A década 90 foi caracterizada pela deterioração do mercado de trabalho no Brasil, quadro esse que passou a ser revertida devido aos bons resultados apresentados a partir do ano 2000, influenciando desse modo diretamente de seus variados estados entre eles a Bahia. Dentro da conjuntura econômica baiana é possível perceber principalmente na década 2000 que em virtude dos bons resultados encontrados em sua maior parte dos anos desse período, uma efetiva relação entre o crescimento do produto e a formação dos postos de trabalho na qual consequentemente torna-se de extrema importância na sua análise econômica. O presente trabalho, resultado de uma pesquisa de iniciação científica financiada com bolsa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) realizada na Universidade Estadual da Santa Cruz (UESC), busca analisar a efetiva relação entre crescimento econômico e desemprego na Bahia entre nos anos 2002 a 2013. A metodologia de análise aplicada foi à estatística descritiva e utilizou-se pesquisa documental por meio de fontes dados secundários de dados os quais foram obtidos em sites de instituições públicas. De maneira geral foram averiguadas no cenário econômico baiano, variações em suas taxas crescimento econômico as quais foram de importância significativa nas mudanças da taxa de desemprego.

Palavras-chave: Crescimento econômico. Desemprego. Conjuntura Econômica. Bahia. Brasil

<sup>1</sup> O presente trabalho é resultado da pesquisa de iniciação científica realizada no período de 2014/2015.

<sup>2</sup> Discente do curso de Ciências Econômicas do DCEC/UESC. Bolsista PIBIC/CNPq. e-mail: flavio\_barberino@hotmail.com.

<sup>3</sup> DS. Professora do DCEC/UESC. e-mail: lifpinheiro@uesc.br.



## 1 INTRODUÇÃO

O crescimento econômico e o desemprego são variáveis cuja importância influencia na formação e análise de um cenário econômico. Segundo Castro e Herman (2005), o crescimento é um processo consequente de um conjunto de inter-relações de fenômenos em que é evidenciada pela oferta a competência de associar os fatores de produção (recursos naturais, capital humano, capital físico, tecnologia) e aplicá-los eficientemente. Deste modo, havendo uma constante ampliação desses fatores, estes resultarão em uma maior produtividade em razão do aumento da produção agregada, condicionando os níveis da força de trabalho. Neves Junior e Paiva (2007), afirmam que a demanda de trabalho dependerá do resultado da quantidade produzida, ou seja, se observados uma maior efetividade de produção, acarretará em maiores possibilidades de uma elevada formação da oferta de trabalho.

O crescimento econômico e o desemprego, juntamente com a inflação, são os principais temas da agenda macroeconômica de qualquer país. O mercado de trabalho brasileiro, desde a década de 1990 tem apresentado variações importantes, quanto ao volume do emprego e quanto à qualidade dos mesmos. E é na mesma década que ocorreu uma deterioração do mercado de trabalho, crescimento da informalidade e queda da elasticidade emprego-produto, no entanto uma recuperação é a apresentada a partir da década de 2000.

Na Bahia a partir dos anos 2000 foi verificada, assim como Brasil, uma importante recuperação da sua economia, a qual pode influenciar consideravelmente no crescimento econômico do país, contribuindo para uma mudança positiva em sua conjuntura econômica. Este trabalho busca analisar teórica e empiricamente a relação entre o crescimento econômico e o desemprego na Bahia.

Este trabalho busca verificar a relação entre a taxa de crescimento do produto e a do desemprego entre os anos de 2002 a 2013 no estado da Bahia. Seu propósito remete a discussão relação inversa entre as duas variáveis e a investigação das mudanças intensidade-emprego do crescimento econômico na Bahia. A justificativa para esse trabalho é a demonstração de como as variações do crescimento do produto poderão ser importantes na formação ou não de novos postos de trabalho na Bahia. Para tanto foi utilizada pesquisa documental e o método de análise é estatística descritiva.



O trabalho está dividido em quatro partes. Esta introdução, seguida de uma revisão bibliográfica na qual se discute sobre o crescimento econômico, o desemprego e a sua efetiva relação, finalmente verificam-se as variadas taxas de crescimento econômico baiano e as correspondentes taxas de desemprego nos períodos propostos e apresentam-se as conclusões.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO/REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **2.1 Crescimento econômico: definições, teorias e mensuração.**

O crescimento econômico é o aumento do produto interno bruto em sua forma global e per capita ao longo do tempo (MILONE, 1998). Para Parkin (2003) é um aumento das possibilidades de produção da economia. Já Shapiro (1985) afirma que ele poderá ser estipulado como a elevação do produto na economia, trata-se das expansões cíclico-econômicas as quais geralmente acontecem em intervalos, desta forma o produto irá aumentar e também diminuir a partir das suas contrações de natureza semelhante.

#### 2.1.1 Teorias do crescimento econômico

Segundo Parkin (2003) a teoria clássica do crescimento considera o crescimento do PIB real temporária e quando há uma elevação do PIB real per capita acima do nível de subsistência, uma explosão de população o recoloca novamente a esse nível. Os principais economistas clássicos Adam Smith, Thomas Robert Malthus e David Ricardo impulsionaram essa teoria no final do século XVIII e no começo do século XIX, porém tal visão sobre o crescimento é geralmente relacionada ao nome de Malthus. A teoria clássica do crescimento possui perspectivas relacionadas ao mercado de trabalho e a população que faz da mudança tecnológica e do acúmulo de capital os impulsionadores do crescimento, no entanto desconsidera-se qualquer importância que o crescimento do PIB real possa ter sobre os estoques de capital, investimento, poupança e taxa de juros.

A partir do século XX, houve um avanço, por meio dos estudos de Harrod e Domar que agregaram elementos de análise keynesiana aos estudos relacionados ao crescimento



econômico como meio de definição da poupança pelo investimento, observando-se da mesma forma a capacidade de aumentar a eficiência produtiva da economia e a possibilidade de alterar o equilíbrio de mercado (RODRIGUES, 2006).

Segundo Dornbusch (2013), existiram duas fases de trabalho vigoroso sobre a teoria do crescimento, a primeira ocorreu no final década de 50 e 60, e a segunda após 30 anos, no final da década 80 e início de 90. As pesquisas da primeira fase elaboraram a teoria neoclássica do crescimento, em que se destaca a acumulação de capital associada com as decisões de poupança e assuntos relacionados.

A teoria neoclássica do crescimento iniciou-se com uma hipótese simplificadora. Essa análise aceita a não existência do progresso tecnológico em que se implica a economia alcançar um grau de produto e capital no longo prazo denominado de equilíbrio do estudo estacionário. Esse equilíbrio para a economia é a combinação do PIB per capita e do capital, na qual fará a mesma continuar em repouso, ou seja, não se modificaram mais as variáveis per capita (DORNBUSCH, 2013).

No final da década de 80 surge uma contradição teórica e empírica em relação à teoria neoclássica do crescimento em virtude de atribuir o crescimento no longo prazo ao progresso tecnológico, no entanto ela não esclarece os fatores econômicos desse progresso. Deste modo, essa contradição foi elaborada com o objetivo de prevenir que o crescimento econômico e as taxas de poupanças no seu estado estacionário não deveriam ser associados (DORNBUSCH, 2013).

Com a teoria do crescimento endógeno ressaltam-se distintas oportunidades de crescimento no capital físico e no capital do conhecimento. Há rendimentos marginais decrescentes para o capital físico, mas possivelmente não exista para o do conhecimento. Compreende-se que um maior investimento em conhecimento eleva o crescimento, cuja importância é vincular taxas de poupanças mais elevadas a taxas de crescimento de equilíbrio mais altas (DORNBUSCH, 2013).

Segundo Rodrigues (2006), as contribuições mais significativas do estudo do crescimento econômico aconteceram por meio de Solow e Swan, a partir das ideias neoclássicas tendo como aspecto-chave da função de produção, assumindo com uma especificação de retornos constantes à escala, rendimentos decrescentes para os insumos e uma baixa, porém, positiva elasticidade de substituição entre estes. Todavia, esses modelos demonstraram problemas, como o rendimento decrescente dos insumos e a importância de



que a competição operava de maneira perfeita. Na década de 60, vários artigos foram publicados com objetivo de tentar uma aproximação das teorias de crescimento com base em situações mais realistas associadas à competição imperfeita, em que possibilitaria novas descobertas e traria gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), evento esse que não faria tanto significado caso se insistisse na competição perfeita.

Em um determinado momento as teorias associadas ao crescimento econômico perderam sua importância em consequência das fragilidades encontradas em seus modelos os quais se fundamentavam na existência de um agente representativo e revolução na causada teoria das expectativas racionais associadas aos choques do petróleo. Desse modo deixou-se de lado na maior parte do mundo na comunidade acadêmica o assunto relacionado ao crescimento, iniciando uma preocupação maior com o combate à inflação. Na década de 80 viria um novo “boom” das análises referidas ao crescimento por meio de Romer e Lucas Junior em que averiguaram que os determinantes do crescimento econômico no longo prazo possui uma maior importância que as políticas fiscais ou monetárias de cunho anticíclico (RODRIGUES, 2006).

Teorias como de P&D e a competição imperfeita foram incorporados mediante aos modelos de crescimento endógeno, obtendo expressivas colaborações de Aghion e Howitt em que através desses e com os avanços tecnológicos derivaram-se um investimento P&D a eles aliados ao poder do monopólio. Os demais aspectos de crescimento populacional foram também agregados por essa nova linha de análise (RODRIGUES, 2006).

### 2.1.2 Mensuração do crescimento econômico

Parkin (2003) afirma que o crescimento econômico é estimado por meio da elevação do PIB, a partir dele é medido o valor da produção total da nação, abrangendo toda a produção nacional, remetido retroativamente aos preços de um único ano. Desse modo utilizam-se as estimativas do PIB real com intuito de calcular a taxa de crescimento econômico, que é a mudança percentual na quantidade de bens e serviços produzidos de um ano para o outro. Para medir a taxa do crescimento, adota-se a seguinte fórmula:



**Tx de crescimento econômico = (PIB real deste ano – PIB real do ano anterior / PIB real ano anterior) X 100.**

## **2.2 Desemprego: Definições, teorias, tipos, mensuração e causas**

Sachs e Larrain (1998) conceituam os desempregados como grupo de pessoas inseridas no PEA (População Economicamente Ativa), que apresentam-se aptos para trabalhar e buscar alguma ocupação durante um determinado período.

Os desempregados são pessoas que gostariam de trabalhar, contudo não conseguem arranjar um emprego, desta forma não contribuem para a produção de bens e serviços da economia (MANKIW, 2005).

Segundo Magalhães Almeida (2009), o desemprego é uma alteração que para ser restaurada necessita de medidas específicas, como as políticas econômicas, com intuito de obter o pleno emprego ao longo prazo e de poder afastar o atraso econômico de um país.

### **2.2.1 Teorias sobre o desemprego**

Segundo Neves Junior e Paiva (2007) conforme a tradição neoclássica, a relação existente entre o salário real e a lucratividade baseia-se em um elemento em que poderá levar o produto da economia a um nível inferior do pleno emprego da força de trabalho. As firmas maximizarão os lucros equiparando o custo marginal ao preço previsto. Logo para um dado nível de salário real, alcançará o nível de emprego no qual será maximizada o lucro da firma, em que poderá ou não condizer ao pleno emprego da força de trabalho. O desemprego clássico acontece em razão do determinado nível de salário real, o nível da demanda de trabalho ser inferior que o da oferta. Com perfeita flexibilidade do mercado de trabalho, a elevação do número de pessoas desempregadas ou a elevação da oferta de trabalho sobre a demanda, forçará para baixo o salário real, em que reduzirá o custo do fator trabalho, orientando a economia em direção ao pleno-emprego da força de trabalho. Por tanto qualquer barreira que impeça a livre atuação do mercado de trabalho poderá conduzir à busca do salário



real acima do nível em que poderia equilibrar o mercado de trabalho, promovendo desemprego.

Sob a ótica keynesiana, é desenvolvida uma teoria em que uma economia está em equilíbrio com desemprego. Desse modo, Keynes sustenta sua hipótese a partir do princípio da demanda efetiva, a qual define o nível de emprego pelo nível de gasto. Assim, se a tendência ao consumo e o montante de investimentos sucederem de uma insuficiência da demanda efetiva ocorrerá uma redução do nível de emprego abaixo da oferta da mão-de-obra possível ao salário real em vigor. Situação esta denominada paradoxo da pobreza em meio à abundância em razão de encontrar uma demanda efetiva insuficiente que poderá paralisar a elevação do emprego, antes mesmo que tenha atingido o nível de pleno-emprego (NEVES JUNIOR e PAIVA, 2007).

Enquanto no pensamento kaleckiano destaca-se a distribuição de renda, benéfico aos salários ou a um crescimento do componente autônomo dos gastos em que o nível de emprego será elevado. Existe uma positiva comparação entre o salário real e o emprego, por isso ao mesmo tempo em que uma rigidez do salário real em elevados níveis poderá gerar desemprego do tipo clássico uma condição ao contrário poderá causar o desemprego do tipo kaleckiano, nesse modelo há uma relação positiva entre o nível de salário real e do produto (NEVES JUNIOR e PAIVA, 2007).

### 2.2.2 Tipos do desemprego

Pinho (1998) classifica o desemprego em quatro tipos: desemprego cíclico ou conjuntural, desemprego estrutural ou tecnológico, desemprego friccional e desemprego sazonal.

O desemprego cíclico acontece quando o indivíduo pretende trabalhar a uma taxa de salário válido a partir do sistema econômico, contudo não encontra trabalho, refletindo-se na escassez da demanda agregada. O desemprego estrutural ou tecnológico é o resultado de um parâmetro de desenvolvimento econômico escolhido, excluindo uma parcela de trabalhadores do mercado a partir de uma tecnologia de produção confirmada em razão do desequilíbrio entre a oferta e a demanda de mão de obra determinada e qualificada. O desemprego





friccional surge em consequência de um processo dinâmico caracterizado pelo mercado de trabalho no qual o sistema de informações relacionado às acessíveis ofertas de vagas é considerado imperfeito no sistema produtivo. O desemprego sazonal sucede-se em consequência da sazonalidade ocasionada pela atividade econômica, presumindo possivelmente que esta forma de flutuação é atribuída a uma etapa de voluntariedade de alguns indivíduos aliciados desta natureza de trabalho (PINHO, 1998).

Já Magalhães Almeida (2009), afirma a existência de três tipos de desemprego: desemprego conjuntural, causado devido às situações recessivas, problema esse que tipicamente acontece no curto prazo. O desemprego incremental resultado da deficiência da economia em relação à absorção de toda mão-de-obra manifestada no mercado anualmente. O desemprego qualitativo, o mais complexo e que exige considerações mais aprofundadas e sua existência é em virtude do trabalhador estar ocupado, contudo com nível de produtividade inferior a viabilidade tecnológica mais moderna disponível.

Neves Junior e Paiva (2007), perceberam que ao longo dos anos 90 o mercado de trabalho tem apresentado uma forte deterioração, demonstrada em razão de um forte aumento dos chamados trabalhadores informais, também classificados como subempregados. O subemprego é uma condição da economia encontrada entre emprego e desemprego. Sucede-se geralmente quando a pessoa não possui recursos ou oportunidade para permanecer parada durante a procura de emprego. Sendo assim, ela realiza uma atividade econômica em virtude da sua necessidade de sobrevivência. Tal atividade ocorre de maneira temporária, todavia o retorno à economia formal não acontece, conseqüentemente acaba se transformando em subemprego.

### 2.2.3 Mensuração do desemprego

O desemprego é medido a partir da taxa de desemprego, demonstrada mediante a relação entre a quantidade de pessoas desempregadas e o total da força de trabalho (SACHS; LARRAIN, 1998).

A taxa de desemprego é determinada pela associação entre a quantidade de pessoas desempregadas e a total força de trabalho, nos quais desempenham uma ocupação no processo





produtivo e buscam trabalho correspondente à soma dos empregados e desempregados. (SACHS; LARRAIN, 1998).

Pinho (1998) considera a taxa de desemprego entre os indicadores mais conhecidos, cujo índice avaliará os desequilíbrios do mercado de trabalho. A taxa demonstrará a ausência da capacidade do sistema econômico em organizar uma ocupação produtiva àqueles que a desejam, computando indivíduos que estão adequados, saudáveis e a procura de trabalho, entretanto não conseguirão encontrar uma ocupação válida à taxa de salários do sistema econômico na qual abrangerá o chamado desemprego aberto que demonstra um estágio mínimo de subutilização de mão de obra em que se encontra o subemprego no mercado de trabalho.

A sua mensuração tem evoluído e demonstrado as flutuações da atividade econômica em que ele é extremamente utilizado pelo governo como indicador do impacto das políticas econômicas no curto prazo. Observando-o no lado social, percebe-se o desemprego como o principal indicador da ocorrência de recessão, em razão de associar tanto funcionamentos da força de trabalho como também das flutuações no nível das atividades produtivas (PINHO, 1998).

A maior discussão que abrange a mensuração do desemprego, na qual afirma que a taxa apresentará uma falta de capacidade do sistema econômico em sistematizar uma ocupação produtiva para aqueles que almejam a probabilidade do indivíduo ser denominado inadequadamente como inativo, ou seja, fora do mercado de trabalho, conduzido assim à subestimação da taxa, nesse caso será o trabalhador desencorajado. Também argumenta-se que o desemprego por ser determinado equivocadamente no momento que se atribui uma menor consideração as aspirações do mercado de trabalho no qual poderá refletir uma estrutura de ocupações e de firmas, em que o trabalho precário ou ocasional é na maiorias da vezes contabilizado como atividade produtiva e quando se trata na verdade de um desemprego disfarçado ou precário em que leva a uma subestimação do índice de desemprego (PINHO, 1999).

#### 2.2.4 Causas, formas e consequências do desemprego.



Segundo Parkin (2003) o desemprego é considerado um grave problema econômico, social e pessoal, tendo como causas e consequências a perda de produção e receita, pois quando há perda de um emprego ela é conduzida a uma imediata perda de renda e produção, nas quais, possuem consequências devastadoras sobre as pessoas que as sofrem e trazendo uma expectativa assustadora para todos. A perda de capital humano uma vez o longo desemprego pode acarretar em prejuízos permanentes às perspectivas de trabalho de uma pessoa e os custos que ele divide de forma não equitativa, trazendo um grave problema político e econômico.

Segundo Dornbusch (2013) em qualquer momento existirá certo número ou grupo de pessoas desempregadas, com isso haverá movimentações de entrada e saída desse grupo. Sendo assim, há quatro possibilidades de ficar desempregado:

- Busca de um trabalho pela primeira vez ou está retornando para a força de trabalho, após não ter mais buscado;
- Opta em pedir uma demissão voluntária do emprego com intuito de buscar outro e registra-se como desempregado durante o tempo em que está buscando;
- Poderá ter sofrido uma suspensão no seu contrato de trabalho, ou seja, uma suspensão sem remuneração;
- Perca do emprego.

### 2.3 Lei de Okun

No ano de 1962, Arthur Okun constatou a existência de uma relação empírica negativa entre mudança nas taxas de desemprego e produção. Deste modo foi possível constatar a relação entre o comportamento do PIB e do desemprego no período em que foi CEA (*Council of Economic Advisers*) do governo de Kennedy nos Estados Unidos (VIEIRA, 2014).

Segundo Blanchard (2008), Okun propôs que as variações do produto poderiam acarretar mudanças na taxa de desemprego, contrariando a aceitação da causalidade em que até então se acreditava. Isso quer dizer que as elevações nos níveis de emprego eram definidas pelo crescimento do produto, visto que era necessário para os aumentos da produção as empresas empregarem mais trabalhadores (BLANCHARD, 2008).



Viera (2014) afirma que a lei de Okun está apoiada principalmente nos pressupostos da existência de uma taxa normal de crescimento para cada economia em particular. Assim, existirá uma relação indireta entre o PIB e desemprego uma vez que a elevação do PIB acima de sua taxa normal de crescimento provocará uma diminuição do desemprego em que tal relação irá variar conforme a função de cada economia em particular. Deste modo a lei de Okun é demonstrada da seguinte forma:

$$U_t - U_{t-1} = -\beta (g_{yt} - g_y)$$

Na qual  $U_t$  representa-se como a taxa de desemprego no período  $t$ ,  $U_{t-1}$  a taxa do desemprego no período  $(t-1)$ ,  $\beta$  um parâmetro positivo,  $g_{yt}$  o PIB real e o  $g_y$  o PIB potencial. Uma vez que  $g_{yt} > g_y$ ,  $U_t < U_{t-1}$  poderá acarretar na queda do desemprego e se  $g_{yt} < g_y$ ,  $U_t > U_{t-1}$  uma elevação do desemprego.

Okun demonstrou a relação empírica entre desemprego e produto ao longo do ciclo econômico. A sua lei que tenta provar que 1 ponto de crescimento ou redução de desemprego poderá custar 2% do PIB. É de forma desigual que os custos do desemprego são sustentados, nos quais os custos de uma recessão são suportados desproporcionalmente por pessoas que seus empregos perderam (DORNBUSCH, 2013).

Para Vieira (2014), Okun determina o valor de um coeficiente em que será fornecido como uma taxa de variação real do PIB para dada variação na taxa de desemprego. Essa contribuição está centrada na possibilidade de avaliação do PIB potencial da economia cujo resultado foi o desemprego observado como variável exógena e o PIB como a dependente. Nos Estados Unidos ele identifica um coeficiente,  $k=3$ , significará que para uma queda de um ponto percentual da taxa de desemprego, ocorrerá um aumento de 3% no PIB. A partir de então ocorreu-se um grande número de estudos empíricos no qual é estimado o coeficiente de Okun para os países industrializados. E é por meio destes, será possível calcular o limite do desemprego, como também a taxa real de crescimento da economia necessária para combater o desemprego (VIEIRA, 2014).

## 2.4 Crescimento do produto como promotor do emprego



A formação de uma maior e melhor quantidade de emprego é compreendida como uma variável instrumental para o desenvolvimento econômico de longo prazo, e não como uma variável de ajuste, ou simplesmente uma consequência das políticas econômicas adotadas. A formação deste juntamente com uma melhor distribuição de renda se tornam fundamentais para o desenvolvimento sustentado, visto que o espaço interno de acumulação é ampliado, mediante ao aumento do mercado consumidor, ocorrendo uma abertura de espaço para sustentadas ampliações da produtividade e para que o desemprego e subemprego sejam assimilados (NEVES JÚNIOR e PAIVA, 2007).

Numa perspectiva de longo prazo, uma política de emprego de qualidade necessita-se de uma destacada preocupação com o crescimento econômico e seus controles em economias abertas, como também de debater de qual forma articular os investimentos necessários ao crescimento em cenários de escassez de fontes internas de financiamento de longo prazo, pois não é possível manter o crescimento a longo prazo por meio dos fluxos de capitais externos, ou seja, um crescimento com endividamento (NEVES JÚNIOR e PAIVA, 2007).

É por meio dos determinantes tecnológicos da competitividade internacional que se esclarecem as taxas de crescimento no longo prazo e deste modo à demanda efetiva do emprego, visto que os mesmos determinam a expansão da demanda e abrem espaço para elevação da produção e do emprego. Desta forma reconhece-se a relevância de uma política de competitividade para superação dos problemas de emprego no longo prazo e não de uma competitividade apoiada em diminuição dos custos laborais. No entanto numa competitividade autêntica é mantida pelo crescimento da produtividade total. O aumento do progresso tecnológico é fundamental para o crescimento apoiado pela produtividade total dos fatores, no qual é uma situação essencial para enfrentar a precarização do trabalho demonstrada nos elevados níveis de subemprego e informalidade. Contudo, problemas de insuficiência de demanda agregada poderão ocorrer em virtude de uma negligência em relação ao objetivo emprego. Problemas de demanda agregada no âmbito doméstico ocorrem em razão das estratégias comparativas promoverem uma maior produtividade pela diminuição do custo unitário através da racionalização da força de trabalho ou da flexibilidade salarial em que podem provocar problemas de demanda agregada no âmbito doméstico (NEVES JÚNIOR e PAIVA, 2007).



#### 4 ANÁLISE DO ÍNDICE DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) E DESEMPREGO DA BAHIA NO PERÍODO DE 2002 A 2013

No Brasil constantes crises de natureza econômica e política foram evidenciadas em 2002, repercutindo na Bahia em variados indicadores principalmente nos altos índices de desemprego, diminuição da renda real dos trabalhadores e aumento da inflação. Com a desvalorização cambial, o comportamento dos preços dos produtos importados tiveram imediatos reflexos e no sistema crediário com o aumento das taxas de juros impulsionadas pela taxa SELIC diminuiu o consumo de bens duráveis e esgotou as compras a prazo, influenciando no resultado da atividade produtiva. Por tanto durante o ano de 2002 o mal cenário afetou com diferentes intensidades as atividades econômicas o que consequentemente influenciou consideravelmente na formação do desemprego (SEI-BA). Na tabela 1 verifica-se que em 2003 a Bahia cresceu 2,2%, resultado esse que se deu segundo SEI-BA em razão do avanço positivo do segmento industrial em destaque o da transformação, influenciando também dessa forma no desemprego. A taxa de crescimento só não obteve um aumento maior, em virtude de consideráveis segmentos da indústria demonstrarem uma retração.

Tabela 1- Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto total da Bahia (1999-2013)

Anos	Taxa de crescimento PIB (%)	Taxa de Desemprego (%)
2002	1,51	10,7
2003	2,2	10,8
2004	9,6	11,5
2005	4,8	11,1
2006	2,7	10,2
2007	5,3	10,3
2008	5,2	10,5
2009	-0,6	10,7
2010	6,6	...
2011	4,1	10,5
2012	3,9	10,2
2013	3	9,9

Fonte: Elaborada a partir de dados do IPEA data. (2015)



Figura 1: Taxa do Produto Interno Bruto e desemprego da Bahia

Fonte: Elaborado a partir do IPEA data (2015)

Analisando ainda a tabela 1, vale ressaltar 2004 como o ano que o estado atingiu o maior nível no PIB registrado em 11 anos (SEI-BA), alcançando uma taxa de 9,6%, acima do resultado percentual brasileiro (5,71%). Com esse resultado apresentado nesse ano, a Bahia atingiu a sexta posição de maior economia do país, efeito esse ocorrido pelo ótimo desempenho industrial destacando-se a indústria de transformação e também o mesmo feito nos setores de comércio e na produção agrícola (SEI-BA). Em 2005 a economia baiana retornou a apresentar uma evolução no nível de sua atividade interna, apresentando uma positiva taxa de 4,8% resultado esse associado ao bom desempenho demonstrado em quase todos os setores da atividade econômica, principalmente na agricultura e indústria de transformação e também um resultado expressivo com nível de desemprego compatível ao resultado do crescimento econômico (SEI-BA).

Já no ano de 2006 a taxa de crescimento alcançou 2,7% em vista do desempenho encontrado praticamente em todos os setores econômicos do estado em destaque o setor de serviços que apresentou uma evolução maior em relação ao ano anterior. A justificativa para o PIB baiano não apresentar um melhor resultado neste ano foi a frustração no desempenho da safra agrícola que se ressentiu de uma desfavorável conjuntura interna como também pela redução dos preços de principais commodities agrícolas no mercado internacional e também a indústria reduziu o seu ritmo de crescimento em relação aos anos anteriores (SEI-BA). No entanto vale apenas observar que nesse período houve uma pequena redução da taxa de desemprego em relação ao ano anterior, dessa forma é perceptível que o baixo crescimento do produto não influenciou tão consideravelmente no emprego.





No ano 2007 o PIB baiano apresenta uma taxa de crescimento de 5,3% uma expansão significativa na atividade econômica refletida em setores como o agropecuário que contribuiu para que o estado pudesse voltar a ganhar uma participação em nível nacional, no entanto tal crescimento do produto obteve pouca importância na redução do desemprego.

Com uma expansão de 5,2% (tabela 1) na atividade econômica a economia baiana só foi afetada pela crise financeira internacional a partir do terceiro trimestre de 2008, assim sendo com esse efeito consta-se nessa fase uma redução expressiva no desemprego em relação aos anos anteriores. Vale ressaltar que nesse mesmo ano o estado que ocupava a sexta posição em relação ao PIB dos outros estados brasileiros foi ultrapassado por Santa Catarina ocupando dessa forma a sétima posição no ranking (SEI-BA). No final de 2008 até primeiro semestre de 2009, diante do cenário da crise econômica internacional, é visível uma pequena perturbação na economia brasileira em razão de seu baixo crescimento econômico no qual comprometeu também expressivamente a economia baiana. Apesar de comprometer o crescimento do produto, é perceptível que a taxa de desemprego nesse período obteve um aumento razoavelmente alto, mas não comprometedor em relação aos anos anteriores.

No ano de 2009 após a Bahia apresentar novamente uma retração em sua economia, em 2010 com a taxa de crescimento de 6,6%, o estado apresentou bons resultados em sua economia e retornou a ocupar o ranking de sexta posição em relação aos outros estados brasileiros (SEI-BA).

Em 2011 após a economia brasileira apresentar uma expansão de 2,7% do PIB, a taxa de expansão do PIB da Bahia apresentou um resultado bem acima da brasileira situando-se em 4,1% (tabela 1) com uma participação de 3,8% do PIB em âmbito nacional. Esse resultado fez com que o estado, que antes estava na sexta posição no âmbito nacional, perdesse duas posições. Isto devido ao fraco desempenho da indústria de transformação em particular do refino do petróleo, fazendo com que em 2012 mais uma vez a economia baiana fosse prejudicada (SEI-BA).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados da taxa do crescimento do produto e do desemprego na Bahia é perceptível confirmar que entre o período investigado (2002 a 2013), há existência da relação inversa entre crescimento econômico e os níveis de desemprego, isto é, o crescimento





econômico poderá dessa forma influenciar na variação do desemprego. No entanto, verifica-se na pesquisa que tal efeito não ocorreu em todos os anos do período averiguado, pois existiram alguns casos em que a taxa do PIB não pôde atuar expressivamente na oscilação do desemprego.

Verifica-se que entre 2002, 2003 e 2006, houve um baixo crescimento do produto, enquanto em 2009 não ocorreu o crescimento. Averigua-se nesses períodos também uma elevação do desemprego. Dessa maneira, percebe-se que nesses períodos a redução do PIB pôde influenciar expressivamente no aumento do desemprego.

Em 2013, houve também um baixo crescimento econômico, no entanto a taxa de desemprego foi abaixo em relação aos dois anos anteriores nos quais apresentaram um crescimento maior. Já em 2004, 2005, 2007, 2008, 2011 e 2012 apesar da economia ter apresentando nesses períodos um crescimento econômico relativamente alto, a taxa do desemprego apresentou-se ainda elevada. Dessa forma consta-se nesses períodos que o crescimento do produto não atuou expressivamente na diminuição da taxa de desemprego.

## REFERÊNCIAS

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 2. ed. São Paulo: Editora Pearson, 2008.

CASTRO, L. B.; HERMANN, J. **Economia Brasileira Contemporânea**. 6. ed. São Paulo: Elsevier, 2005. p. 309-320.

DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R. **Macroeconomia**. 11. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

IPEA. Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada. IPEA data. Regional. **Contas Regionais**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

MAGALHÃES, A. J. P. Desafios ao desenvolvimento brasileiro: contribuições do conselho de orientação do IPEA. In: CARDOSO JUNIOR, J. C. (Org.). **Macroeconomia do emprego**. Brasília: IPEA, 2009.

MANKIW, N. G. **Princípios de Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

MILONE, P. C. **Crescimento e desenvolvimento econômico**: Teorias e evidências empíricas. In: PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M. A. S. **Manual de Economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.



NEVES JUNIOR, L. F.; PAIVA, L.H. **A relação entre crescimento econômico e emprego no Brasil**: referencial teórico, evidências empíricas e recomendações de políticas, Rio de Janeiro, 2007.

PARKIN, M. **Macroeconomia**. 5. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2003.

PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M. A. S. **Manual de economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

RODRIGUES, R. V. **Gastos governamentais e crescimento econômico no Brasil**. 2006. 195 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.

SACHS, J. D.; LARRAIN, F. B. **Macroeconomia**. 2. ed. São Paulo: Pearson Educação do Brasil, 1998. 204 p.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. PIB Estadual Anual. **Boletim Técnico**. Disponível

em: <[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=132&Itemid=214](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=132&Itemid=214)>. Acesso em: 08 jun. 2015.

SHAPIRO, E.; BAUMOL, W. J. **Análise Macroeconômica**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas S. A, 1994. 250 p.

VIEIRA, P. V. **Análise da aplicação da Curva de Phillips e da Lei de Okun para a economia brasileira no período de 2002 a 2014**. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

